MERCANTIL DO BRASIL FINANCEIRA S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020

MERCANTIL DO BRASIL FINANCEIRA S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020

Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Mercantil do Brasil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, bem como as demonstrações consolidadas abrangendo a empresa controlada Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.

CONJUNTURA ECONÔMICA E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

A conjuntura global continua caracterizada por grandes incertezas diante da forte ameaça que a pandemia do coronavírus ainda constitui à performance da economia mundial no ano em curso. Projeções recentes indicam queda da ordem de 5,0% do PIB mundial em 2020.

No Brasil, indicadores de atividade disponíveis mostram forte queda no desempenho dos principais setores da economia e diferentes níveis de retomada da atividade econômica ao final do período.

No semestre, foram adotadas medidas para preservar a estrutura econômica do País, destacando-se o prolongamento da vigência de programas governamentais de concessão de benefícios assistenciais, a continuidade de medidas para irrigar o crédito e a liquidez na economia, a prorrogação de exonerações de cunho fiscal, modificações nas leis trabalhistas e flexibilização no cumprimento de normas contábeis, societárias, tributárias e dos contratos em geral.

Diante da grande ociosidade dos meios de produção e da queda do consumo, a inflação cedeu-se para nível historicamente baixo para os padrões brasileiros. No mesmo sentido, constata-se importante queda na taxa de juros Selic. Projeções recentes apontam para inflação medida pelo IPCA da ordem de 1,6% para o ano em curso e a taxa de juros Selic posicionou-se em 2,25% ao ano ao final do semestre.

No Sistema Financeiro Nacional, os progressos dos últimos anos nas avaliações de riscos, exigências de capitalização das instituições financeiras, segurança nos meios de pagamento e a crescente utilização dos meios digitais nas transações financeiras em geral, tornaram esse Sistema robusto e preparado para enfrentar momentos de severidade na economia nacional, como o atualmente vivenciado em face dos reflexos da pandemia do coronavírus.

O crédito no Sistema Financeiro Nacional expandiu 4,2% no semestre, ante 1,1% em igual período de 2019. O crédito para o segmento de pessoa jurídica mostrou crescimento atípico, denotando necessidade de suprir queda nos fluxos de caixa em decorrência da acentuada retração nas vendas. Por outro lado, constata-se fraca expansão no segmento de pessoa física, refletindo o adiamento nas decisões de consumo. As provisões para perdas com crédito mostraram-se em elevação.

Quanto às perspectivas, a conjuntura tem sido avaliada com serenidade pelos agentes econômicos em geral, em cenário de restabelecimento gradual da atividade econômica, que incorpora a realidade vivenciada quanto ao controle da pandemia em cada centro econômico do País.

CONTEXTO CORPORATIVO E DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Mercantil do Brasil Financeira é controlada pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. e realiza as suas atividades operacionais com foco no financiamento de bens de consumo duráveis e crédito consignado.

A Instituição empreende suas atividades através da rede de agências do Controlador, distribuídas de forma estratégica nas principais regiões e centros econômicos do País, contando ainda com parcerias estratégicas, notadamente com correspondentes bancários.

Os limites operacionais são calculados de forma consolidada e o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) posicionou-se em 18,08%, perante mínimo requerido de 9,25%, já considerado o adicional de capital principal. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 15.

A gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado, operacional e socioambiental é, também, centralizada no Controlador, que dispõe de estruturas para gerenciamento desses riscos, em conformidade com as normas em vigor. Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 22.

- **Estrutura de Ativos, Passivos e de Resultados - Consolidados**

O ativo total consolidado posicionou-se em R$ 373,9 milhões. As aplicações interfinanceiras de liquidez e em títulos e valores mobiliários situaram-se em R$ 101,1 milhões (R$ 134,2 milhões em dezembro de 2019). Os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento somam R$ 3,0 milhões, para os quais a Instituição tem intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento, nos termos da Circular Bacen nº 3.068/2001.

As Operações de Crédito somam R$ 221,9 milhões e representam 59,3% (55,0% em dezembro de 2019) do ativo total da Instituição. As operações registradas nas faixas que refletem a melhor qualidade do crédito, de “AA” a “C”, perfazem 93,7% do total das operações de crédito. A provisão para risco de crédito postou-se em 3,4%.

Os principais recursos captados estão representados por Depósitos a Prazo de R$ 81,5 milhões (R$ 114,3 milhões em dezembro de 2019).

- **Patrimônio Líquido e Resultado**

A Mercantil do Brasil Financeira registrou Patrimônio Líquido de R$ 247,0 milhões e o Lucro Líquido alcançou R$ 4,2 milhões. Não foram declarados dividendos ou juros sobre o capital próprio no período.

As Receitas da Intermediação Financeira alcançaram R$ 30,0 milhões (R$ 62,4 milhões de igual período de 2019), queda de 51,9%.

As Despesas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R$ 2,5 milhões (R$ 8,2 milhões em igual período do ano anterior), queda de 69,5%. Representam 8,3% das Receitas da Intermediação Financeira (13,1% em junho de 2019).

As Despesas de Operações de Captação no Mercado posicionaram-se em R$ 1,8 milhão e representam 6,0% das Receitas da Intermediação Financeira (9,1% no primeiro semestre de 2019).

O Resultado Bruto da Intermediação Financeira, deduzidas as Despesas com Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa, alcançou R$ 23,0 milhões e representa 76,7% da Receita da Intermediação Financeira (76,1% de junho/2019).

As Despesas de Pessoal posicionaram-se em R$ 2,9 milhões (R$ 3,0 milhões em junho de 2019), queda de 3,3%. As Despesas Administrativas somaram R$ 8,9 milhões (R$ 21,0 milhões em igual período do ano anterior de 2019), queda de 57,6%.

O Resultado Operacional posicionou-se em R$ 6,9 milhões.

CONTROLADAS

A controlada, Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A., registrou lucro líquido de R$ 166,4 mil, com o Patrimônio Líquido posicionando-se em R$ 7,3 milhões.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM nº 381/2003, a Mercantil do Brasil Financeira S.A. e sua controlada vêm informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram exclusivamente serviços de auditoria externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Mercantil do Brasil Financeira S.A., nesta oportunidade, agradece aos seus acionistas, clientes e colaboradores pelo expressivo apoio e confiança, que tanto têm contribuído para o desenvolvimento da Instituição.

Belo Horizonte, agosto de 2020.

Administração

MERCANTIL DO BRASIL FINANCEIRA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Em R$ mil

A T I V O	MBF		MBF - Consolidado	
	1º Semestre 2020	Exercício 2019	1º Semestre 2020	Exercício 2019
ATIVO CIRCULANTE	**183.416**	**169.921**	**183.598**	**170.054**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (Nota 3.)	**33.922**	**51.263**	**33.959**	**51.273**
Disponibilidades	1.692	889	1.729	899
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	32.230	50.374	32.230	50.374
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	**142.012**	**110.175**	**142.012**	**110.175**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 4.)	**763**	**-**	**763**	**-**
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5.2.)	**53.927**	**15.705**	**53.927**	**15.705**
Carteira Própria	24.588	10.816	24.588	10.816
Vinculados à Prestação de Garantias	29.339	4.889	29.339	4.889
Operações de Crédito (Nota 6.1.)	**87.322**	**94.470**	**87.322**	**94.470**
Setor Privado	87.303	93.816	87.303	93.816
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Nota 6.4.)	3.079	5.740	3.079	5.740
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (Nota 6.2.)	(3.060)	(5.086)	(3.060)	(5.086)
OUTROS ATIVOS	**7.482**	**8.483**	**7.627**	**8.606**
Outros Valores e Bens	**-**	**3**	**-**	**3**
Outros Valores e Bens	3	6	3	6
Provisão para Desvalorizações	(3)	(3)	(3)	(3)
Despesas Antecipadas (Nota 9.6.)	**2.174**	**3.219**	**2.180**	**3.219**
Outros Créditos	**5.308**	**5.261**	**5.447**	**5.384**
Rendas a Receber	23	83	23	68
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta (Nota 9.1.)	538	448	538	448
Impostos a Compensar (Nota 9.3.)	552	553	691	691
Títulos e Créditos a Receber - Sem Característica de Crédito (Nota 9.4.)	3.935	3.914	3.935	3.914
Devedores Diversos (Nota 9.5.)	260	263	260	263
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**189.853**	**239.444**	**190.336**	**240.426**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	**136.858**	**184.470**	**141.166**	**188.782**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 4.)	**-**	**750**	**-**	**750**
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5.2.)	**9.873**	**63.058**	**14.181**	**67.370**
Carteira Própria	3.536	3.832	7.844	8.144
Vinculados à Prestação de Garantias	6.337	59.226	6.337	59.226
Operações de Crédito (Nota 6.1.)	**126.985**	**120.662**	**126.985**	**120.662**
Setor Privado	131.564	125.807	131.564	125.807
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Nota 6.4.)	-	244	-	244
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (Nota 6.2.)	(4.579)	(5.389)	(4.579)	(5.389)
TRIBUTOS DIFERIDOS	**15.695**	**17.049**	**15.695**	**17.049**
Créditos Tributários (Nota 8.)	15.695	17.049	15.695	17.049
OUTROS ATIVOS	**30.543**	**31.322**	**33.469**	**34.589**
Despesas Antecipadas (Nota 9.6.)	**3.903**	**4.905**	**3.903**	**4.905**
Outros Créditos	**26.640**	**26.417**	**29.566**	**29.684**
Devedores por Depósitos em Garantia (Nota 9.2.)	19.521	19.298	19.678	19.762
Impostos a Compensar (Nota 9.3.)	-	-	2.680	2.717
Títulos e Créditos a Receber - Sem Característica de Crédito (Nota 9.4.)	6.700	6.700	6.789	6.786
Devedores Diversos (Nota 9.5.)	419	419	419	419
INVESTIMENTOS	**6.756**	**6.602**	**-**	**-**
Participações em Controladas - No País (Nota 10.)	6.756	6.602	-	-
IMOBILIZADO	**1**	**1**	**6**	**6**
Imóveis de Uso	-	-	48	48
Outras Imobilizações de Uso	453	453	591	591
(Depreciação Acumulada)	(452)	(452)	(633)	(633)
TOTAL DO ATIVO	**373.269**	**409.365**	**373.934**	**410.480**

P A S S I V O E P A T R I M Ô N I O L Í Q U I D O	MBF		MBF - Consolidado	
	1º Semestre 2020	Exercício 2019	1º Semestre 2020	Exercício 2019
PASSIVO CIRCULANTE	**96.492**	**120.778**	**96.499**	**120.795**
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	**84.715**	**106.784**	**84.715**	**106.784**
Depósitos (Nota 11.)	**81.523**	**100.718**	**81.523**	**100.718**
Depósitos a Prazo	81.523	100.718	81.523	100.718
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão (Nota 6.4.)	**3.192**	**6.066**	**3.192**	**6.066**
PASSIVOS FISCAIS (Nota 13.2.)	**942**	**1.737**	**943**	**1.751**
Passivos Fiscais Correntes	**942**	**1.737**	**943**	**1.751**
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	942	1.737	943	1.751
OUTROS PASSIVOS	**10.835**	**12.257**	**10.841**	**12.260**
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	-	1	-	1
Sociais e Estatutárias (Nota 13.1.)	428	6.250	428	6.251
Provisão para Pagamentos a Efetuar (Nota 13.4.)	3.954	4.070	3.959	4.070
Valores a Pagar à Sociedades Ligadas (Nota 16.1.)	243	273	244	275
Credores Diversos - no País (Nota 13.3.)	6.210	1.663	6.210	1.663
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**29.800**	**45.803**	**29.936**	**46.391**
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	**-**	**13.896**	**-**	**13.896**
Depósitos (Nota 11.)	**-**	**13.622**	**-**	**13.622**
Depósitos a Prazo	-	13.622	-	13.622
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão (Nota 6.4.)	**-**	**274**	**-**	**274**
PROVISÕES	**20.660**	**20.972**	**20.796**	**21.560**
Provisão para Outros Passivos (Nota 12.a.)	20.660	20.972	20.796	21.560
OUTROS PASSIVOS	**9.140**	**10.935**	**9.140**	**10.935**
Provisão para Pagamentos a Efetuar (Nota 13.4.)	9.140	10.935	9.140	10.935
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14.)	**246.977**	**242.784**	**247.499**	**243.294**
Capital Social (Nota 14.1)	**126.070**	**126.070**	**126.070**	**126.070**
Reservas de Capital (Nota 14.2.)	**6.250**	**6.250**	**6.250**	**6.250**
Reservas de Lucros (Nota 14.2.)	**114.662**	**110.464**	**114.662**	**110.464**
Reserva Legal	**15.037**	**14.827**	**15.037**	**14.827**
Reservas Estatutárias	**99.625**	**95.637**	**99.625**	**95.637**
Para Aumento de Capital	99.625	95.637	99.625	95.637
Outros Resultados Abrangentes	**(5)**	**-**	**(5)**	**-**
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(5)	-	(5)	-
Participação dos Não Controladores	**-**	**-**	**522**	**510**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**373.269**	**409.365**	**373.934**	**410.480**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCANTIL DO BRASIL FINANCEIRA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019

Em R$ mil

	MBF		MBF - Consolidado	
	1º Semestre		1º Semestre	
	2020	2019	2020	2019
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**29.924**	**62.266**	**29.999**	**62.379**
Operações de Crédito (Nota 18.1)	27.548	38.730	27.548	38.730
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	2.376	3.471	2.451	3.584
Operações de Venda ou de Transferencia de Ativos Financeiros (Nota 6.4.)	-	20.065	-	20.065
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(2.510)**	**(8.190)**	**(2.510)**	**(8.190)**
Operações de Captação no Mercado (Nota 18.2)	(1.763)	(5.707)	(1.763)	(5.707)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 6.4.)	(747)	(2.483)	(747)	(2.483)
RESULTADO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**27.414**	**54.076**	**27.489**	**54.189**
PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (Nota 6.2.)	**(4.472)**	**(6.725)**	**(4.472)**	**(6.725)**
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**22.942**	**47.351**	**23.017**	**47.464**
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS	**(16.070)**	**(29.002)**	**(16.133)**	**(29.085)**
Receitas de Prestação de Serviços	**3**	**4**	**4**	**4**
Receitas de Prestações de Serviços - Diversas	-	-	1	-
Rendas de Tarifas Bancárias	3	4	3	4
Resultado de Participação em Controlada (Nota 10.)	154	30	-	-
Despesas de Pessoal (Nota 19.1.)	(2.872)	(3.018)	(2.885)	(3.042)
Outras Despesas Administrativas (Nota 19.2.)	(8.809)	(20.959)	(8.873)	(21.029)
Despesas Tributárias (Nota 19.3)	(1.285)	(2.645)	(1.291)	(2.656)
Outras Receitas Operacionais (Nota 19.4.)	986	2.125	1.161	2.180
Outras Despesas Operacionais (Nota 19.5.)	(4.247)	(4.539)	(4.249)	(4.542)
RESULTADO OPERACIONAL	**6.872**	**18.349**	**6.884**	**18.379**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**7**	**437**	**7**	**437**
Receitas	7	443	7	443
Despesas	-	(6)	-	(6)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	**6.879**	**18.786**	**6.891**	**18.816**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20.)	**(2.681)**	**(7.489)**	**(2.681)**	**(7.510)**
Provisão para Imposto de Renda	(820)	(3.001)	(820)	(3.015)
Provisão para Contribuição Social	(504)	(1.843)	(504)	(1.850)
Ativo Fiscal Diferido (Nota 8.b.)	(1.357)	(2.645)	(1.357)	(2.645)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	**-**	**-**	**(12)**	**(9)**
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	**4.198**	**11.297**	**4.198**	**11.297**
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO (em reais)				
Ações ordinárias	0,2331	0,6273		
Ações preferenciais	0,2331	0,6273		
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍDO (em reais - R$ mil)				
Ações ordinárias	2.373	6.385		
Ações preferenciais	1.825	4.912		
Número de Ações em Circulação - básico e diluído				
Ações ordinárias	10.179.565	10.179.565		
Ações preferenciais	7.830.435	7.830.435		

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCANTIL DO BRASIL FINANCEIRA S.A.

Crédito, Financiamento e Investimentos

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019

Em R$ Mil

	MBF		MBF - Consolidado	
	1º Semestre		1º Semestre	
	2020	2019	2020	2019
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	**4.198**	**11.297**	**4.198**	**11.297**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	**(5)**	**-**	**(5)**	**-**
ITENS A SEREM POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	**(5)**	**-**	**(5)**	**-**
Títulos Disponíveis para Venda - Próprios	(8)	-	(8)	-
Efeito Fiscal	3	-	3	-
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO SEMESTRE, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	**4.193**	**11.297**	**4.193**	**11.297**
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO SEMESTRE	**4.193**	**11.297**	**4.193**	**11.297**
Lucro Atribuível à Controladora	4.193	11.297	4.181	11.288
Lucro Atribuível à Participação dos Não Controladores	-	-	12	9

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCANTIL DO BRASIL FINANCEIRA S.A.

Crédito, Financiamento e Investimentos

Em R$ mil

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019

	CAPITAL	RESERVAS DE	RESERVAS DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
	REALIZADO	CAPITAL	LEGAL	ESTATUTÁRIAS					
SALDOS EM 01/01/2020	**126.070**	**6.250**	**14.827**	**95.637**	**-**	**-**	**242.784**	**510**	**243.294**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	**-**	**-**	**-**	**-**	(5)	**-**	**(5)**	-	**(5)**
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	4.198	**4.198**	12	**4.210**
DESTINAÇÕES:									
Reservas	-	-	210	3.988	-	(4.198)	**-**	-	**-**
SALDOS EM 30/06/2020	**126.070**	**6.250**	**15.037**	**99.625**	**(5)**	**-**	**246.977**	**522**	**247.499**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**-**	**-**	**210**	**3.988**	**(5)**	**-**	**4.193**	**12**	**4.205**
SALDOS EM 01/01/2019	**126.070**	**6.250**	**13.927**	**83.674**	**-**	**-**	**229.921**	**1.683**	**231.604**
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	11.297	**11.297**	7	**11.304**
DESTINAÇÕES:									
Reservas	-	-	565	10.732	-	(11.297)	**-**	-	**-**
SALDOS EM 30/06/2019	**126.070**	**6.250**	**14.492**	**94.406**	**-**	**-**	**241.218**	**1.690**	**242.908**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**-**	**-**	**565**	**10.732**	**-**	**-**	**11.297**	**7**	**11.304**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCANTIL DO BRASIL FINANCEIRA S.A.

Crédito, Financiamento e Investimentos

Em R$ mil

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Método Indireto

Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019

	MBF		MBF - Consolidado	
	1º Semestre		1º Semestre	
	2020	2019	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**6.879**	**18.786**	**6.891**	**18.816**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	**6.576**	**8.997**	**6.579**	**9.006**
Despesas com Provisão Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	2.381	2.910	2.238	2.935
Atualizações Monetárias Ativas	(116)	(171)	(136)	(226)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.472	6.725	4.472	6.725
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(154)	(30)	-	-
(Ganho) na Alienação de Bens	(7)	(437)	(7)	(437)
Resultado de Participação dos Não Controladores	-	-	12	9
Lucro Líquido Ajustado	**13.455**	**27.783**	**13.470**	**27.822**
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(13)	624	(13)	624
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(856)	(1.326)	(851)	(1.347)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	(3.665)	88.572	(3.665)	88.572
Redução (Aumento) em Outros Créditos	(158)	1.700	218	1.721
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	2.047	(733)	2.041	(739)
Aumento (Redução) em Depósitos	(32.817)	(49.147)	(32.817)	(49.147)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(5.160)	(5.315)	(5.506)	(5.337)
Caixa Gerado / (Aplicado) nas Operações	**(27.167)**	**62.158**	**(27.123)**	**62.169**
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.041)	(4.699)	(1.041)	(4.701)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	**(28.208)**	**57.459**	**(28.164)**	**57.468**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Alienação de Títulos Disponíveis para Venda	15.813	-	15.813	-
Alienação de Bens não de Uso Próprio	28	2.542	28	2.542
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda	-	(40.014)	-	(40.014)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	16	16	-	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	**15.857**	**(37.456)**	**15.841**	**(37.472)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(4.990)	(6.992)	(4.991)	(6.997)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	**(4.990)**	**(6.992)**	**(4.991)**	**(6.997)**
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**(17.341)**	**13.011**	**(17.314)**	**12.999**
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do período	51.263	4.174	51.273	4.195
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do período	33.922	17.185	33.959	17.194
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**(17.341)**	**13.011**	**(17.314)**	**12.999**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCANTIL DO BRASIL FINANCEIRA S.A.

Crédito, Financiamento e Investimentos

Em R$ Mil

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019

	MBF		MBF - Consolidado	
	1º Semestre		1º Semestre	
	2020	2019	2020	2019
1 - RECEITAS	**22.428**	**53.392**	**22.665**	**53.535**
Intermediação Financeira	29.924	62.266	29.999	62.379
Prestação de Serviços	3	4	4	4
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.472)	(6.725)	(4.472)	(6.725)
Outras	(3.027)	(2.153)	(2.866)	(2.123)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(2.510)**	**(8.190)**	**(2.510)**	**(8.190)**
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(8.809)**	**(20.959)**	**(8.873)**	**(21.029)**
Serviços de Terceiros	(6.247)	(17.920)	(6.264)	(17.940)
Outros	**(2.562)**	**(3.039)**	**(2.609)**	**(3.089)**
Processamento de Dados	(1.115)	(1.753)	(1.115)	(1.753)
Publicações	(183)	(168)	(227)	(215)
Serviços do Sistema Financeiro	(27)	(25)	(27)	(25)
Transportes	(6)	(5)	(6)	(5)
Outros	(1.231)	(1.088)	(1.234)	(1.091)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	**11.109**	**24.243**	**11.282**	**24.316**
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	**-**	**-**	**-**	**-**
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	**11.109**	**24.243**	**11.282**	**24.316**
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**154**	**30**	**-**	**-**
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	154	30	-	-
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	**11.263**	**24.273**	**11.282**	**24.316**
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**11.263**	**24.273**	**11.282**	**24.316**
Pessoal	**2.536**	**2.131**	**2.537**	**2.133**
Remuneração Direta	2.495	2.107	2.496	2.109
Benefícios	41	24	41	24
Impostos, Taxas e Contribuições	**4.529**	**10.845**	**4.535**	**10.877**
Federais	4.522	10.838	4.526	10.868
Estaduais	6	6	6	7
Municipais	1	1	3	2
Remuneração de Capitais Próprios	**4.198**	**11.297**	**4.210**	**11.306**
Lucros Retidos do Semestre	4.198	11.297	4.198	11.297
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	12	9

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos – (Financeira) é controlada pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. e realiza suas atividades operacionais atuando no segmento de crédito direto ao consumidor e crédito consignado. A administração da Financeira está localizada na rua Rio de Janeiro, nº 654, Centro, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2020 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76, as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e Circular Bacen nº 3.959/19, as demonstrações financeiras consolidadas incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. As normas preveem ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior.

Adicionalmente inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes as provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação as estimativas.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Mercantil do Brasil Financeira S.A. em 12/08/2020.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 30 de junho de 2020 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas às normas e instruções do BACEN e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma Instituição em outra, os saldos de contas e as receitas e despesas entre as mesmas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. As demonstrações financeiras consolidadas contemplam a Financeira e a sua empresa controlada Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A., cuja participação é de 92,83% em 2020 e 2019 (vide nota nº 10.).

2.3. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pela Financeira para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos prefixados, as parcelas a auferir ou a incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem. As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, dividindo-se em três categorias, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar:

I. Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.

II. Títulos mantidos até o vencimento – são os títulos, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção, ou obrigatoriedade, e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos, em contrapartida do resultado.

III. Títulos disponíveis para venda – são aqueles não enquadráveis nas categorias anteriores, ajustados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos, na data da negociação, no resultado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

A Resolução CMN nº 3.533/08 estabelece critérios para o registro das operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios. Estas operações devem permanecer no ativo, com registro de passivo financeiro decorrente da obrigação assumida, e as receitas e despesas decorrentes dessas operações apropriadas de maneira "*pro rata temporis*" (mensalmente) no resultado pelo prazo remanescente das operações.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.748/19, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo conforme nota explicativa nº 7.

- Nível 1: são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidas por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

- Nível 3: são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros pressupõe que a transação para a venda do ativo ou transferência do passivo ocorra em um mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de clientes e operações, incluindo a análise de risco de crédito da contraparte e várias premissas de fatores internos e externos, a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, garantias das carteiras e a política de renegociação; e foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes.

As operações que se enquadraram nos requisitos da Resolução CMN nº 4.803/20, editada em caráter temporário devido à pandemia da Covid-19, foram mantidas no mesmo nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020.

A comissão de originação de operações de crédito, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.738/14, são reconhecidas integralmente como despesa.

c) Impostos e Contribuições

- **Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- **Impostos sobre renda corrente e diferido**

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15,00%, acrescida de adicional de 10,00% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240. A contribuição social foi constituída à alíquota de 15,00%.

Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos, com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, Resolução CMN nº 3.059/02 e regulamentação complementar.

d) Outros Valores e Bens

São compostos por bens imóveis, máquinas e equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, adquiridos ou recebidos por dação em pagamento e estão reconhecidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo.

Estes bens, quando recebidos por dação em pagamento, são vendidos. Entretanto, aqueles que eventualmente apresentarem dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados através de laudo técnico, para a avaliação de existência de *impairment*.

e) Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

f) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 639/10 e Resolução CMN nº 3.566/08 que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 R1 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment)* no resultado do período.

g) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

I. Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

II. Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.

III. Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.

IV. Obrigações legais – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

h) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial.

i) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 14.3.).

A Financeira não possui instrumentos com potencial de diluição em 30 de junho de 2020 e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

j) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95, e apresentados nas demonstrações financeiras nos termos da Resolução CMN nº 4.706/18 da seguinte forma:

I. Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.

II. Os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

k) Benefícios a empregados

A Financeira dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. O montante da remuneração fixa é aprovado anualmente na Assembleia Geral. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Descrição	MBF		MBF – Consolidado	
	Jun / 2020	Dez / 2019	Jun / 2020	Dez / 2019
Disponibilidades	1.692	889	1.729	899
Aplicações interfinanceiras de liquidez				
Aplicações no mercado aberto – Posição Bancada	**32.230**	**50.374**	**32.230**	**50.374**
Notas do Tesouro Nacional	32.230	-	32.230	-
Letras do Tesouro Nacional	-	50.374	-	50.374
Total – Circulante	**33.922**	**51.263**	**33.959**	**51.273**

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Aplicações interfinanceiras de liquidez, no individual e consolidado:

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	763	750
Total	**763**	**750**
Circulante	763	-
Não circulante	-	750

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

5.1. Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição não possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

5.2. Títulos e valores mobiliários

Descrição	MBF				MBF – Consolidado			
	Custo		Mercado		Custo		Mercado	
Títulos / Vencimentos	Jun/2020	Dez/2019	Jun/2020	Dez/2019	Jun/2020	Dez/2019	Jun/2020	Dez/2019
Títulos para negociação								
CDB	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.098**	**4.170**	**4.308**	**4.312**
De 1 a 2 anos	-	-	-	-	1.543	1.574	1.665	1.673
De 2 a 3 anos	-	-	-	-	2.555	2.596	2.643	2.639
Títulos Disponíveis para Venda								
LFT	**60.804**	**75.454**	**60.796**	**75.454**	**60.804**	**75.454**	**60.796**	**75.454**
De 61 a 90 dias	-	15.706	-	15.706	-	15.706	-	15.706
De 180 dias a 1 ano	53.932	-	53.927	-	53.932	-	53.927	-
De 1 a 2 anos	6.872	52.997	6.869	52.997	6.872	52.997	6.869	52.997
De 2 a 3 anos	-	6.751	-	6.751	-	6.751	-	6.751
Mantidos até o Vencimento								
Fundo de investimentos em direitos creditórios	**3.004**	**3.309**	**3.004**	**3.309**	**3.004**	**3.309**	**3.004**	**3.309**
De 3 a 4 anos	3.004	-	3.004	-	3.004	-	3.004	-
De 4 a 5 anos	-	3.309	**-**	3.309	-	3.309	-	3.309
Total geral	**63.808**	**78.763**	**63.800**	**78.763**	**67.906**	**82.933**	**68.108**	**83.075**
Circulante	**-**	**-**	53.927	15.705	-	-	53.927	15.705
Não circulante	**-**	**-**	9.873	63.058	-	-	14.181	67.370

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

6.1. Composição das operações de crédito, no individual e consolidado:

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
Operações de crédito	218.867	219.623
Operações de crédito vinculadas a cessão	3.079	5.984
Total	**221.946**	**225.607**
Circulante	90.382	99.556
Não circulante	131.564	126.051

6.2. Movimentação da provisão para perdas em operações de crédito, no individual e consolidado:

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
Saldos no início do período	**10.475**	**16.367**
Constituição de provisão	6.143	18.723
Reversão de provisão	(1.671)	(7.104)
Efeito no resultado	**4.472**	**11.619**
Baixa de créditos – prejuízo	(7.308)	(17.511)
Saldos no final do período	**7.639**	**10.475**
Circulante	3.060	5.086
Não circulante	4.579	5.389

6.3. Classificação de risco para as operações de crédito:

a) Composição da carteira, no individual e consolidado, por nível de risco conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

Operações de Crédito													
Nível	Pessoa Física			Pessoa Jurídica						Total		PCLD	
	Em curso												
	Normal	Anormal	Total	Indústria		Comércio	Serviços		Total				
				Normal	Anormal	Normal	Normal	Anormal		Jun/2020	Dez/2019	Jun/2020	Dez/2019
A	183.736	-	**183.736**	-	-	91	179	-	**270**	**184.006**	**188.747**	920	944
B	3.767	17.857	**21.624**	-	-	-	143	-	**143**	**21.767**	**19.150**	218	191
C	419	1.736	**2.155**	-	-	-	-	-	**-**	**2.155**	**4.936**	65	148
D	1.094	2.279	**3.373**	4	-	-	2.321	-	**2.325**	**5.698**	**2.560**	570	256
E	60	2.368	**2.428**	-	-	-	-	-	**-**	**2.428**	**1.101**	729	331
F	5	1.177	**1.182**	-	-	-	-	-	**-**	**1.182**	**649**	590	324
G	31	483	**514**	-	-	-	-	27	**27**	**541**	**608**	378	425
H	168	4.001	**4.169**	-	-	-	-	-	**-**	**4.169**	**7.856**	4.169	7.856
Total	**189.280**	**29.901**	**219.181**	**4**	**-**	**91**	**2.643**	**27**	**2.765**	**221.946**	**225.607**	**7.639**	**10.475**

Operações de Crédito em curso Anormal – operações de crédito com 15 dias ou mais de vencidos.

b) Composição da carteira, no individual e consolidado, por prazo de vencimento

Descrição	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal										
Parcelas vincendas	**183.679**	**3.910**	**419**	**3.415**	**60**	**5**	**31**	**168**	**191.687**	**86,36**
01 a 30 dias	7.398	291	22	133	3	1	2	4	**7.854**	**3,54**
31 a 60 dias	7.299	314	22	129	3	1	2	4	**7.774**	**3,50**
61 a 90 dias	6.990	291	22	126	3	1	2	4	**7.439**	**3,35**
91 a 180 dias	19.131	752	62	354	7	2	5	16	**20.329**	**9,16**
181 a 360 dias	29.290	919	105	603	11	-	7	25	**30.960**	**13,95**
Acima de 360 dias	113.571	1.343	186	2.070	33	-	13	115	**117.331**	**52,86**
Vencidas até 14 dias	**327**	**-**	**-**	**4**	**-**	**-**	**-**	**-**	**331**	**0,16**
Total em 30/06/2020	**184.006**	**3.910**	**419**	**3.419**	**60**	**5**	**31**	**168**	**192.018**	**86,52**
%	**82,92**	**1,75**	**0,19**	**1,54**	**0,03**	**-**	**0,01**	**0,08**	**86,52**	**-**
Total em 31/12/2019	**188.747**	**6.110**	**1.937**	**1.042**	**12**	**28**	**30**	**2.014**	**199.920**	**88,61**
%	**83,66**	**2,71**	**0,86**	**0,46**	**0,01**	**0,01**	**0,01**	**0,89**	**88,61**	**-**
Curso Anormal										
Parcelas vincendas	**-**	**17.025**	**1.423**	**2.037**	**1.934**	**875**	**364**	**2.676**	**26.334**	**11,87**
01 a 30 dias	-	861	68	93	63	39	14	144	**1.282**	**0,58**
31 a 60 dias	-	855	70	101	62	44	14	143	**1.289**	**0,58**
61 a 90 dias	-	834	68	98	61	43	14	138	**1.256**	**0,57**
91 a 180 dias	-	2.298	184	269	173	115	40	367	**3.446**	**1,55**
181 a 360 dias	-	3.168	252	384	297	165	67	500	**4.833**	**2,18**
Acima de 360 dias	-	9.009	781	1.092	1.278	469	215	1.384	**14.228**	**6,41**
Parcelas vencidas	**-**	**832**	**313**	**242**	**434**	**302**	**146**	**1.325**	**3.594**	**1,61**
01 a 14 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	-
15 a 30 dias	-	801	78	96	67	49	16	156	**1.263**	**0,57**
31 a 60 dias	-	31	213	67	69	49	16	141	**586**	**0,26**
61 a 90 dias	-	-	18	46	71	52	17	136	**340**	**0,15**
91 a 180 dias	-	-	4	33	153	97	46	355	**688**	**0,31**
181 a 360 dias	-	-	-	-	74	55	51	465	**645**	**0,29**
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	72	**72**	**0,03**
Total em 30/06/2020	**-**	**17.857**	**1.736**	**2.279**	**2.368**	**1.177**	**510**	**4.001**	**29.928**	**13,48**
%	**-**	**8,04**	**0,78**	**1,03**	**1,07**	**0,53**	**0,23**	**1,80**	**13,48**	**-**
Total em 31/12/2019	**-**	**13.040**	**2.999**	**1.518**	**1.089**	**621**	**578**	**5.842**	**25.687**	**11,39**
%	**-**	**5,78**	**1,33**	**0,67**	**0,48**	**0,28**	**0,26**	**2,59**	**11,39**	**-**
Total geral										
Total em 30/06/2020	**184.006**	**21.767**	**2.155**	**5.698**	**2.428**	**1.182**	**541**	**4.169**	**221.946**	**100,00**
%	**82,92**	**9,79**	**0,97**	**2,57**	**1,10**	**0,53**	**0,24**	**1,88**	**100,00**	**-**
Total em 31/12/2019	**188.747**	**19.150**	**4.936**	**2.560**	**1.101**	**649**	**608**	**7.856**	**225.607**	**100,00**
%	**83,66**	**8,49**	**2,19**	**1,13**	**0,49**	**0,29**	**0,27**	**3,48**	**100,00**	**-**

c) Composição da carteira, no individual e consolidado, por produtos

	Jun / 2020										Dez / 2019	
Produtos	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**Total**	**%**	**Total**	**%**
Crédito Consignado INSS	66.410	9.485	820	501	488	459	276	3.113	**81.552**	**36,74**	**101.906**	**45,17**
Crédito Consignado Público	114.864	11.549	917	2.770	1.879	723	212	994	**133.908**	**60,33**	**114.128**	**50,59**
Financiamento Veículos - CDC	2.732	733	418	2.410	-	-	-	-	**6.293**	**2,84**	**9.283**	**4,11**
Renegociação	-	-	-	17	61	-	53	62	**193**	**0,09**	**290**	**0,13**
Total geral	**184.006**	**21.767**	**2.155**	**5.698**	**2.428**	**1.182**	**541**	**4.169**	**221.946**	**100,00**	**225.607**	**100,00**

6.4. Cessões de créditos

A Resolução CMN nº 3.533/08, com modificações posteriores, estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferências de ativos financeiros.

As operações de cessão de créditos na modalidade de operações com retenção substancial dos riscos e benefícios configuram-se pela prestação de coobrigação aos cessionários. Nesta modalidade, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida.

A Financeira possui saldo de operações de crédito cedidas na modalidade com retenção substancial dos riscos e benefícios. Nessas operações, a Financeira está exposta ao risco de crédito, de mercado e operacional, que são adequadamente monitorados e mitigados em conformidade com as normas em vigor (vide nota nº 22.). As receitas e despesas decorrentes dessas cessões são apropriadas no resultado pelo prazo remanescente das respectivas operações.

Descrição	Jun / 2020		Dez / 2019	
	Operações cedidas	Obrigações assumidas	Operações cedidas	Obrigações assumidas
Saldo das cessões com coobrigação – A valor presente	3.079	3.192	5.984	6.340
Total	**3.079**	**3.192**	**5.984**	**6.340**
Circulante	3.079	3.192	5.740	6.066
Não circulante	-	-	244	274

Em 2020 não houve cessão de crédito. No primeiro semestre de 2019, a Financeira apurou receitas com operações de venda ou transferência de operações de crédito, decorrentes de operações cedidas sem retenção de risco, no individual e no consolidado, no montante de R$ 20.065, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, para o montante cedido de R$ 77.331 a valor presente nas respectivas datas das cessões.

As despesas com as operações de venda ou de transferências de ativos financeiros, no individual e consolidado, decorrem, basicamente, das obrigações assumidas em função do prazo remanescente das operações cedidas com retenção de risco, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, no montante de R$ 747 (R$ 2.483 em junho de 2019).

7. VALOR JUSTO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Com base na Resolução CMN nº 4.748/19, os Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo devem ser mensurados utilizando a hierarquia de valor justo conforme segue:

- **Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio do resultado e de outros resultados abrangentes**

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados os Títulos Públicos do Governo (LFT).

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Financeira utiliza modelos internos para estimar o valor de mercado. Esses modelos baseiam-se em dados de mercado observáveis, como por exemplo taxas de juros oferecidas no mercado para instrumentos semelhantes. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Cotas de Fundos, Debêntures, CRI e CRA.

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

Descrição	MBF		MBF – Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros				
Nível 1	**93.789**	**95.207**	**93.789**	**95.207**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	32.993	34.411	32.993	34.411
Títulos e Valores mobiliários	60.796	60.796	60.796	60.796
Nível 2	**217.311**	**217.311**	**221.409**	**221.619**
Títulos e Valores mobiliários	3.004	3.004	7.102	7.312
Operações de Crédito e Outros Créditos	214.307	214.307	214.307	214.307
Total em 30/06/2020	**311.100**	**312.518**	**315.198**	**316.826**
Total em 31/12/2019	**354.343**	**354.343**	**358.656**	**358.656**
Passivos Financeiros				
Nível 1	**81.523**	**81.523**	**81.523**	**81.523**
Depósitos	81.523	81.523	81.523	81.523
Total em 30/06/2020	**81.523**	**81.523**	**81.523**	**81.523**
Total em 31/12/2019	**114.340**	**114.340**	**114.340**	**114.340**

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

a) Composição dos créditos tributários, no individual e consolidado

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
Imposto de Renda		
Base de cálculo	**38.699**	**42.092**
Prejuízo Fiscal	15.283	16.745
Diferenças temporárias	23.416	25.347
Total do efeito do IR	**9.675**	**10.523**
Contribuição Social		
Base de cálculo	**40.136**	**43.509**
Base Negativa à alíquota de 15%	16.720	18.162
Diferenças intertemporais à alíquota de 15%	23.416	25.347
Total do efeito da CSL	**6.020**	**6.526**
Total geral – Não circulante	**15.695**	**17.049**

Com base na Resolução CMN nº 4.720/19 e Circular Bacen nº 3.959/19, os Créditos Tributários passaram a ser apresentados integralmente no não circulante. O saldo de 31 de dezembro de 2019 foi reclassificado para fins de comparabilidade.

b) Movimentação dos créditos tributários, no individual e consolidado

Créditos tributários	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal	Diferenças temporárias	Base negativa
Saldos em 31/12/2019	**6.337**	**4.186**	**3.801**	**2.725**
Constituição	1.536	-	921	-
Realização	(2.021)	(365)	(1.212)	(216)
Efeito líquido no resultado	**(485)**	**(365)**	**(291)**	**(216)**
Outros	2	-	1	-
Saldos em 30/06/2020	**5.854**	**3.821**	**3.511**	**2.509**
Total	**9.675**		**6.020**	

c) Realização dos créditos tributários

Os créditos tributários sobre adições temporárias decorrentes de valores sob decisões judiciais, no individual e consolidado, montam em R$ 4.374 (R$ 4.527 em dezembro de 2019) e estão ativados com realização prevista até 2024.

O quadro abaixo demonstra, para os créditos tributários ativos, no individual e consolidado, os valores previstos de realização comparativamente com o valor presente do crédito, calculado com base nas taxas de captação para os anos correspondentes:

Realização dos Créditos Tributários				
Exercícios			**Total**	
	Imposto de Renda	**Contribuição Social**	**Jun / 2020**	**Dez / 2019**
2020	1.714	1.028	**2.742**	**4.856**
2021	1.886	1.055	**2.941**	**2.129**
2022	1.089	604	**1.693**	**1.591**
2023	1.047	582	**1.629**	**1.629**
2024	3.873	2.276	**6.149**	**6.844**
2025	66	475	**541**	**-**
Total	**9.675**	**6.020**	**15.695**	**17.049**
Valor presente	**8.659**	**5.349**	**14.008**	**14.836**

Como citado anteriormente, a Financeira registra créditos tributários sobre diferenças temporárias, de acordo com os requisitos previstos na Instrução CVM nº 371/02, Resolução CMN nº 3.059/02 e regulamentações complementares. A realização dos créditos tributários dependerá da efetivação das projeções de lucros futuros previstos no estudo técnico elaborado pela Administração em dezembro de 2019, revisado em junho de 2020 e aprovado pelos Conselhos de Administração e Fiscal. Assim, essas projeções de realização de créditos tributários são estimativas e não estão diretamente relacionadas com a expectativa de lucros contábeis.

9. OUTROS ATIVOS

9.1. Adiantamentos para pagamentos de nossa conta

Referem-se, basicamente, a pagamentos efetuados por conta de serviços prestados e aos pagamentos realizados por conta das comissões de originação de operações de crédito consignados, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.954/11.

9.2. Devedores por depósitos em garantia

Referem-se a questionamentos judiciais de ordem tributária, cível e trabalhista *sub judice*. As eventuais provisões trabalhistas, cíveis e tributárias correspondentes a estas causas estão registradas e classificadas na rubrica “Provisão para outros passivos” (vide nota nº 12.b.).

9.3. Impostos a compensar

Descrição	MBF		MBF – Consolidado	
	Jun / 2020	Dez / 2019	Jun / 2020	Dez / 2019
Imposto de renda e contribuição social (I)	-	-	430	1.082
Antecipação IRPJ/CSLL	552	553	552	553
Imposto de renda e contribuição social – IPC/90 (II)	-	-	2.250	1.635
Impostos e contribuições retidos na fonte	-	-	50	49
Crédito junto à previdência social – INSS (III)	-	-	13	13
Outros	-	-	76	76
Total	**552**	**553**	**3.371**	**3.408**
Circulante	552	553	691	691
Não circulante	-	-	2.680	2.717

(I) Imposto de renda e contribuição social referem-se a saldos credores de exercícios anteriores.
(II) O imposto de renda e contribuição social - IPC/90 são provenientes da inclusão dos efeitos da correção monetária de balanço, amparada pela Lei nº 8.200/91, na base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício de 1995.
(III) O crédito junto à Previdência Social - INSS corresponde à restituição de contribuição social paga indevidamente sobre pró-labore de autônomos, nos termos da Lei nº 7.787/89, julgada inconstitucional pelo STF e cuja decisão favorável à empresa foi transitada em julgado em 22 de outubro de 2008.

A Financeira reconheceu, no mês de agosto de 2010, o montante R$ 12.676, líquido dos impostos, decorrente de êxito em ações judiciais transitadas em julgado, que questionavam a base de cálculo da COFINS estendida pela Lei nº 9.718/98. O ativo registrado foi apurado pela diferença entre a COFINS paga sobre a receita bruta e COFINS apurada sobre a prestação de serviços.

Da mesma forma, destaca-se que o crédito de PIS decorrente de ação transitada em julgado, reconhecido em dezembro de 2005, no montante de R$ 886, líquido dos impostos, teve como mérito recolher este tributo sobre a base de cálculo reduzida e reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente as receitas de prestação de serviços.

Referidos créditos de PIS e COFINS foram habilitados junto a Secretaria da Receita Federal e foram totalmente compensados, em exercícios anteriores, com tributos administrados por este órgão.

Não obstante os trânsitos em julgados obtidos nas ações do PIS e COFINS acima referidas, que caracterizam os créditos como líquidos e certos, a Receita Federal do Brasil homologou parcialmente as respectivas compensações, contestando o alcance do êxito obtido nas ações judiciais. As discussões administrativas em andamento têm avaliação de risco remoto por consultores jurídicos externos, na forma do item 86 do CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09 e Resolução CMN nº 3.823/09.

9.4. Títulos e créditos a receber

Descrição	MBF		MBF – Consolidado	
	Jun / 2020	Dez / 2019	Jun / 2020	Dez / 2019
Títulos de capitalização	3.861	3.861	3.861	3.861
Precatório Finsocial (I)	6.700	6.700	6.789	6.786
Outros	74	53	74	53
Total	**10.635**	**10.614**	**10.724**	**10.700**
Circulante	3.935	3.914	3.935	3.914
Não circulante	6.700	6.700	6.789	6.786

(I) Refere-se ao crédito de Finsocial decorrente de decisão judicial transitada em julgado, que considerou improcedente o recolhimento desta contribuição, condenando a União a devolver à Mercantil do Brasil Financeira S.A. os valores recolhidos, com juros de mora e correção monetária.

9.5. Devedores diversos

Referem-se, basicamente, a baixa de parcelas de crédito consignados que foram quitadas através de desconto em folha de pagamento e que aguardam o envio do recurso pelo respectivo Estado.

9.6. Despesas antecipadas, no individual e consolidado

Descrição	MBF		MBF – Consolidado	
	Jun / 2020	Dez / 2019	Jun / 2020	Dez / 2019
Custo seguro garantia – fiança [I]	5.971	6.934	5.971	6.934
Demais despesas antecipadas	106	1.190	112	1.190
Total	**6.077**	**8.124**	**6.083**	**8.124**
Circulante	2.174	3.219	2.180	3.219
Não circulante	3.903	4.905	3.903	4.905

[I] Refere-se ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

10. INVESTIMENTOS

Participações em controladas – Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
Capital social subscrito e integralizado	4.853	4.853
Quantidade de ações integralizadas	53.924.604	53.924.604
Participação no capital integralizado	92,83%	92,83%
Patrimônio líquido ajustado	7.278	7.112
Resultado do período	166	104
Aquisições de ações no período	-	1.193
Resultado da equivalência patrimonial	154	81
(-) Dividendos distribuídos	-	(23)
Valor do investimento	**6.756**	**6.602**

No exercício de 2019, houve aumento da participação na controlada Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A., conforme negociação privada realizada em 05 de dezembro de 2019. A Financeira adquiriu 9.037.679 ações ordinárias, perfazendo um acréscimo na participação societária de 76,07% para 92,83%, sem alteração do capital social.

11. DEPÓSITOS

Os depósitos a prazo, no individual e consolidado, são como segue:

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
Até 30 dias	15.990	26.000
De 31 a 60 dias	29.500	820
De 61 a 90 dias	22.151	5.322
De 91 a 180 dias	-	2.188
De 181 a 360 dias	13.882	66.388
Acima de 360 dias	-	13.622
Total	**81.523**	**114.340**
Circulante	81.523	100.718
Não circulante	-	13.622

12. PROVISÕES

a) Provisão para outros passivos

Descrição	MBF		MBF - Consolidado	
	Jun/ 2020	Dez / 2019	Jun / 2020	Dez / 2019
Provisões para riscos fiscais	12.344	12.272	12.480	12.406
Provisão para processos trabalhistas	2.709	2.991	2.709	3.445
Provisão para processos cíveis	5.607	5.709	5.607	5.709
Total – Não circulante	**20.660**	**20.972**	**20.796**	**21.560**

As provisões trabalhistas e cíveis são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos, cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Em síntese, os referidos estudos apuram o percentual de perda dos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas, que são aplicados nas causas vigentes. Adicionalmente, nas ações trabalhistas com depósitos judiciais provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos. As provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

No caso das provisões para riscos fiscais (obrigações legais), a Financeira possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

A Administração acompanha regularmente o andamento das obrigações legais referentes aos processos trabalhistas, cíveis e fiscais, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que a Financeira venha obter favorável êxito judicial. Estas provisões são compostas como segue:

Descrição	MBF		MBF - Consolidado	
	Jun / 2020	Dez / 2019	Jun / 2020	Dez / 2019
CSLL (I)	9.795	9.742	9.795	9.742
INSS (II)	1.815	1.801	1.815	1.801
PIS (III)	723	718	859	852
Outros	11	11	11	11
Total – Não circulante	**12.344**	**12.272**	**12.480**	**12.406**

(I) Refere-se, basicamente, a questionamento judicial da exigibilidade de aplicação de alíquotas diferenciadas entre instituições financeiras e não financeiras, instituída pelos dispositivos das Leis nºs 7.689/88, 8.114/90, 8.212/91, 9.316/96, Lei Complementar nº 70/91, Emenda de Revisão Constitucional nº 01/94 e Emenda Constitucional nº 10/96, até o advento da MP nº 1.807, de 28 de janeiro de 1999, atual MP nº 2.158-35/01.
(II) Refere-se ao questionamento de majoração de alíquota de 2,50% da Contribuição Previdenciária das instituições financeiras, prevista no artigo 22, § 1º da Lei nº 8.212/91 e Lei Complementar nº 84/96.
(III) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da base de cálculo do PIS, instituída pela Emenda Constitucional n° 01/94, posteriormente substituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança a partir de janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.

b) Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Descrição	MBF			MBF – Consolidado		
	Riscos fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Riscos fiscais	Cíveis	Trabalhistas
Saldos em 31/12/2019	**12.272**	**5.709**	**2.991**	**12.406**	**5.709**	**3.445**
Constituição / (Reversão)	-	2.517	(377)	-	2.517	(532)
Atualização monetária	7	84	150	9	84	160
Atualização de depósitos	65	-	-	65	-	-
Liquidações	-	(2.703)	(55)	-	(2.703)	(364)
Saldos em 30/06/2020	**12.344**	**5.607**	**2.709**	**12.480**	**5.607**	**2.709**
Depósitos judiciais (vide nota nº 9.2.)	**14.599**	**1.923**	**2.999**	**14.735**	**1.923**	**3.020**

c) Passivos contingentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 594/09 e Resolução CMN nº 3.823/09, as ações envolvendo riscos de perda classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, mas são divulgadas em notas explicativas. No período, as principais ações da Mercantil do Brasil Financeira S.A., classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, são de natureza tributária no montante de R$ 2.950 (R$ 2.894 em dezembro de 2019).

13. OUTROS PASSIVOS

13.1. Sociais e estatutárias

Referem-se aos juros sobre capital próprio relativos ao exercício de 2019.

13.2. Fiscais e previdenciárias

Descrição	MBF		MBF – Consolidado	
	Jun / 2020	Dez / 2019	Jun / 2020	Dez / 2019
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	398	114	398	127
Outros impostos e contribuições a recolher	544	1.623	545	1.624
Total – Circulante	**942**	**1.737**	**943**	**1.751**

13.3. Credores diversos, no individual e consolidado

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
Comissões sobre originação de operações de crédito	1.018	895
Créditos consignados a processar [(I)]	200	634
Outros	4.992	134
Total – Circulante	**6.210**	**1.663**

[(I)] Recebimentos de valores para baixas e repasses futuros de prestações de créditos consignados a processar e portabilidade.

13.4. Provisão para pagamentos a efetuar

Refere-se, basicamente, às comissões devidas a correspondentes no país que serão liquidadas de acordo com o prazo das operações de crédito cedidas.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Descrição	Jun / 2020		Dez / 2019	
	Quantidade	R$ mil	Quantidade	R$ mil
Ações ordinárias	10.179.565	71.256	10.179.565	71.256
Ações preferenciais	7.830.435	54.814	7.830.435	54.814
Total do capital subscrito e integralizado	**18.010.000**	**126.070**	**18.010.000**	**126.070**
Valor nominal em reais	7,00		7,00	

14.2. Reservas de capital e de lucros

Reservas de capital e lucros, no individual e consolidado

Descrição	Jun / 2020	Dez / 2019
Reserva de capital (I)	6.250	6.250
Reservas de lucros	**114.662**	**110.464**
Reserva legal (II)	15.037	14.827
Reservas estatutárias (III)	99.625	95.637

(I) São representadas, substancialmente, por reserva de ágio na subscrição de ações.
(II) Constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.
(III) Constituída com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Conforme disposição estatutária está assegurado aos acionistas dividendo de no mínimo 25,00% do lucro líquido de cada exercício social, sendo assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10,00% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6,00% sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Em 30 de junho de 2020 e 2019, não foram declarados dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas, em conformidade com as normas legais e disposições estatutárias em vigor.

A destinação do lucro é como segue:

Descrição	MBF	
	Jun / 2020	Jun / 2019
Lucros dos semestres a serem destinados	**4.198**	**11.297**
Reserva legal	210	565
Reservas estatutárias – Para aumento de capital	3.988	10.732

14.3. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o período, excluindo as ações adquiridas pela Financeira e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Jun / 2020	Jun / 2019
Número médio e final de ações	10.179.565	7.830.435	**18.010.000**	**18.010.000**
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	10.179.565	7.830.435	**18.010.000**	**18.010.000**
Lucro líquido atribuível (em R$ mil)	2.373	1.825	**4.198**	**11.297**
Lucro básico por ação	0,2331	0,2331	**0,2331**	**0,6273**

No período, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

15. GERENCIAMENTO DE CAPITAL E LIMITES OPERACIONAIS

Na Financeira, o gerenciamento da estrutura de capital e o cálculo dos limites operacionais são realizados em conjunto com seu controlador, Banco Mercantil do Brasil S.A., nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13.

No Gerenciamento da estrutura de capital são utilizados mecanismos e procedimentos que compõem a Política Institucional de Gerenciamento de Capital com o objetivo de manter o Capital compatível com os riscos incorridos pelas Instituições de forma integrada às estratégias e aos negócios de cada Instituição do Conglomerado Prudencial. Informações mais detalhadas sobre Política de Gerenciamento de Capital estão disponíveis no *site* do Banco (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

O controlador, Banco Mercantil do Brasil S.A. optou, na forma da regulamentação em vigor, pela apuração dos índices de imobilizações e de risco consolidados, que abrange todas as instituições financeiras do conglomerado, estando todos dentro dos limites permitidos pelo Banco Central do Brasil.

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2020, o índice de imobilização posicionou em 26,42% (24,49% em dezembro de 2019), e o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) em 18,08% (16,69% em dezembro de 2019), perante um mínimo requerido de 8,00%, acrescido do adicional de capital principal de 1,25%, no período de abril de 2020 até março de 2021, nos termos da Resolução CMN n° 4.783/20 (2,50% de 2019 até março de 2020).

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco e são como segue:

Transações / Empresas	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
	Jun / 2020	Dez / 2019	Jun / 2020	Jun / 2019
Disponibilidades (BMB)	1.692	889	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (BMB)	32.230	50.374	624	660
Devedores Diversos (BMB)	419	419	-	-
Depósitos interfinanceiros (BMB)	-	-	-	(467)
Outras obrigações	**(243)**	**(3.729)**	**(1.525)**	**(1.773)**
Valores a pagar à sociedades ligadas (BMB/MACS) – (vide nota nº 19.2.)	(243)	(273)	(1.524)	(1.772)
Provisão de pagamentos a efetuar (MBC)	-	-	(1)	(1)
Sociais e estatutárias (BMB)	-	(3.456)	-	-
BMB – Banco Mercantil do Brasil S.A. MBC – Mercantil do Brasil Corretora S.A.- Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	MACS - Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.			

16.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

A Financeira dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Mercantil do Brasil Financeira S.A., conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

No exercício de 2020, a remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 28/07/2020, que estabeleceu o limite para o exercício social em R$ 6.536.

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração e da Diretoria correspondentes a R$ 2.372 (R$ 1.975 em junho de 2019) e no consolidado no valor de R$ 2.373 (R$ 1.976 em junho de 2019) (vide nota nº 19.1.).

Até 30 de junho de 2020, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 30 de junho de 2020, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11 para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

16.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Financeira integra o grupo de empresas patrocinadoras da Caixa "Vicente de Araújo" de Assistência aos Funcionários do Grupo Financeiro Mercantil do Brasil – CAVA, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, constituída em 03 de maio de 1958. Tem por finalidade a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada) e a prestação de serviços de natureza social aos participantes e seus beneficiários. Em 30 de junho de 2020, a contribuição da Financeira monta, em R$ 147,87, em junho de 2019 não houve contribuição por parte da Financeira. Não há Ajuste de Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios Definido a ser registrado nesta Instituição.

18. RESULTADO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

18.1. Rendas de operações de crédito

Descrição	Jun / 2020	Jun / 2019
Rendas de empréstimos e títulos descontados	25.248	35.345
Rendas de financiamentos	915	1.691
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.385	1.694
Total	**27.548**	**38.730**

18.2. Despesas com operações de captação no mercado, no individual e consolidado

Descrição	Jun / 2020	Jun / 2019
Depósitos a prazo	1.653	5.012
Depósitos interfinanceiros	-	467
Fundo garantidor de crédito	110	228
Total	**1.763**	**5.707**

19. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

19.1. Despesas de pessoal

Descrição	MBF		MBF – Consolidado	
	Jun / 2020	Jun / 2019	Jun / 2020	Jun / 2019
Remuneração dos administradores	2.495	2.107	2.496	2.109
Benefícios e treinamentos	41	24	41	24
Encargos sociais	563	685	564	685
Contingências trabalhistas – constituição/(reversão)	(282)	93	(271)	115
Indenizações trabalhistas	55	109	55	109
Total	**2.872**	**3.018**	**2.885**	**3.042**

19.2. Outras despesas administrativas

Descrição	MBF		MBF – Consolidado	
	Jun / 2020	Jun / 2019	Jun / 2020	Jun / 2019
Comissão e custo de preparação e digitação de proposta de negócios	3.555	12.520	3.555	12.520
Processamento de dados	1.115	1.753	1.115	1.753
Publicação	183	168	227	215
Serviços de terceiros	761	1.057	762	1.058
Serviços do sistema financeiro	27	25	27	25
Serviços prestados – ligadas (I)	1.524	1.772	1.535	1.786
Serviços técnicos especializados	407	2.571	412	2.576
Transportes	6	5	6	5
Outras despesas administrativas	1.231	1.088	1.234	1.091
Total	**8.809**	**20.959**	**8.873**	**21.029**

(I) Referem-se aos reembolsos de custos de gestão e administração pagos ao seu Controlador Banco Mercantil do Brasil S.A. por prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros (vide nota nº 16.1.).

19.3. Despesas tributárias

Descrição	MBF		MBF – Consolidado	
	Jun / 2020	Jun / 2019	Jun / 2020	Jun / 2019
COFINS	1.098	2.268	1.102	2.275
PIS	178	369	179	370
Outros tributos	9	8	10	11
Total	**1.285**	**2.645**	**1.291**	**2.656**

19.4. Outras Receitas Operacionais

Descrição	MBF		MBF – Consolidado	
	Jun / 2020	Jun / 2019	Jun / 2020	Jun / 2019
Variações monetárias ativas	116	170	136	225
Recuperação de encargos e despesas(i)	308	817	308	817
Reversão de provisões operacionais	197	-	352	-
Outras receitas(ii)	365	1.138	365	1.138
Total	**986**	**2.125**	**1.161**	**2.180**

(i) Referem-se basicamente, aos registros de devoluções de comissões pagas antecipadamente sobre operações de crédito e aos ressarcimentos de custas judiciais de operações de crédito cedidas sem coobrigação ocorridos em 2019.

(ii) Referem-se, basicamente, ao ressarcimento de custos de portabilidade decorrente das operações de créditos transferidas para outras instituições financeiras.

19.5. Outras Despesas Operacionais

Descrição	MBF		MBF – Consolidado	
	Jun / 2020	Jun / 2019	Jun / 2020	Jun / 2019
Aprovisionamento e ajustes patrimoniais	94	476	94	476
Descontos concedidos [(i)]	738	653	738	653
Despesas de caráter eventual[(ii)]	3.279	3.052	3.279	3.052
Variação monetária passiva	7	11	9	14
Outras despesas	129	347	129	347
Total	**4.247**	**4.539**	**4.249**	**4.542**

[(i)] Referem-se, basicamente, aos descontos concedidos em operações de crédito renegociadas e em recuperação judicial.
[(ii)] Referem-se, basicamente, aos acordos para encerramento de processos cíveis e perda com cancelamento de operações de créditos consignados.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição	MBF		MBF – Consolidado	
	Jun / 2020	Jun / 2019	Jun / 2020	Jun / 2019
Lucro antes dos impostos e participações	**6.879**	**18.786**	**6.891**	**18.816**
Alíquota nominal	40%	40%	40%	40%
Despesa nominal	**(2.752)**	**(7.514)**	**(2.756)**	**(7.526)**
Ajustes à despesa nominal referentes a:	**51**	**(45)**	**55**	**(54)**
Resultado de equivalência patrimonial	62	12	-	-
Despesas indedutíveis	(6)	(52)	(6)	(53)
Outras adições / (exclusões) permanentes	(5)	(5)	61	(1)
Deduções dos incentivos fiscais [(I)]	**20**	**70**	**20**	**70**
Despesa com IRPJ / CSL	**(2.681)**	**(7.489)**	**(2.681)**	**(7.510)**

[(I)] Refere-se ao benefício fiscal no âmbito da atividade cultural e artística deduzido no imposto de renda devido.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em conformidade com o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade foram emitidas várias normas, interpretações e orientações, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo órgão regulador. Até o momento, foram aprovados pelo CMN e BACEN, os seguintes pronunciamentos:

Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.
Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.
Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente.
Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações.
Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.
Resolução CMN nº 4.144/12 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.
Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.
Resolução CMN nº 4.636/18 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.
Resolução CMN nº 4.720/19 e Circular Bacen nº 3.959/19 – aprovam parcialmente o CPC 41 – Resultado por Ação.
Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

Não há previsão de quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e nem se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva.

Em conformidade com o artigo 2º da Circular Bacen nº 3.472/09, a Mercantil do Brasil Financeira S.A. apresenta suas Demonstrações Financeiras no padrão contábil internacional em conjunto com a instituição Controladora, Banco Mercantil do Brasil S.A., razão pela qual os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas em IFRS não foram apresentados levando-se em consideração que não são aplicáveis a Mercantil do Brasil Financeira S.A.

Adicionalmente, conforme Resolução CMN nº 3.853/10 e a Carta Circular Bacen nº 3.447/10, que disciplinam a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas intermediárias em IFRS, a obrigatoriedade aplica-se apenas às instituições financeiras que publicam demonstrações contábeis intermediárias nesse padrão contábil.

Com isso, o controlador, Banco Mercantil do Brasil S.A. disponibilizou em 27 de março de 2020 suas demonstrações financeiras em IFRS referentes à 31 de dezembro de 2019 no *site* do Banco (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI) e na CVM. Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas de 31 de dezembro de 2019 foram realizadas as reconciliações entre o resultado e patrimônio líquido e apresentadas no mesmo padrão das demonstrações financeiras em IFRS de 31 de dezembro de 2018.

b) Os desafios da pandemia do Coronavírus

A pandemia do Coronavírus, declarada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020, estabeleceu um cenário novo, de elevada complexidade para a gestão empresarial em todos os setores da economia mundial.

No Brasil, o Governo Federal tem adotado diversas ações no campo da saúde para enfrentamento da Pandemia e nos campos social e econômico para minimizar os impactos decorrentes do necessário isolamento social. Para tanto, vem utilizando os instrumentos de política monetária para garantir adequações na liquidez, crédito e capital, além dos necessários e prudentes ajustes fiscais.

A Financeira vem acompanhando a cada dia a repercussão dessas medidas e avaliando os impactos em suas atividades empresariais, para deliberações tempestivas que possam garantir o adequado atendimento aos clientes. A Financeira mantém plena regularidade operacional, com o cumprimento fiel de suas rotinas de trabalho e observância dos prazos habituais de atividades.

A duração dessa pandemia ainda é indeterminada e a Financeira continuará atenta para a mensuração de eventuais impactos econômico-financeiros e a consequente adoção de ações mitigadores dos riscos, com avaliação dinâmica da carteira de crédito e demais itens patrimoniais.

22. GESTÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO, DE LIQUIDEZ, DE MERCADO, OPERACIONAL E SOCIOAMBIENTAL

Na Financeira, a gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental é centralizada em seu controlador, Banco Mercantil do Brasil S.A. É realizada de forma contínua e apoiada em políticas e estratégias adequadamente documentadas e em uma equipe técnica capacitada e em constante aperfeiçoamento, além de utilizar modelos internos que aplicam técnicas de gestão atuais e de ferramentas tecnológicas de última geração.

Assim, em conformidade com as normas que regulamentam a matéria, a Mercantil do Brasil Financeira S.A. dispõe de Políticas aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Riscos, Patrimônio de Referência Exigido e Patrimônio de Referência, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, e demais informações sobre o Conglomerado Financeiro estão disponíveis no *site* do Banco (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

23. RAZÃO DE ALAVANCAGEM

Na Financeira, a Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial é calculada de forma consolidada pelo controlador, Banco Mercantil do Brasil S.A. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.192/13 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *sit*e do Banco (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

MERCANTIL DO BRASIL FINANCEIRA S.A.
Crédito, Financiamento e Investimentos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Ribeiro Vianna Neto - Presidente
Paulo Henrique Brant de Araujo - Vice-Presidente
Ângela Cristina Romariz Barbosa Leite - Secretária
Amadeu Brasileiro dos Santos
José Alencar da Cunha Neto

DIRETORIA

DIRETOR PRESIDENTE
Marco Antônio Andrade de Araújo

DIRETORES EXECUTIVOS
José Ribeiro Vianna Neto
Luiz Henrique Andrade de Araújo
Mauricio de Faria Araujo

DIRETOR
Jane César Coelho

CONSELHO FISCAL

José Aloísio Martins Alves
Marcos de Castro Pena
Milton de Castro Silva Junior

CONTADOR
Anderson Guedes Inocêncio
CRC - MG 077.029/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Mercantil do Brasil Financeira S. A. – Crédito, Financiamento e Investimentos, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, as demonstrações financeiras relativas ao primeiro semestre de 2020 e o Estudo Técnico de Expectativa de Geração de Lucros Tributáveis Futuros, que tem como objetivo a realização dos Créditos Tributários, trazidos a valor presente, de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, Resoluções nºs 3.059/02 e 3.355/06 do Conselho Monetário Nacional e Circular nº 3.171/02 do Banco Central do Brasil, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação pela Assembleia Geral.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2020.

CONSELHO FISCAL
José Aloísio Martins Alves
Marcos de Castro Pena
Milton de Castro Silva Junior

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos

Opinião

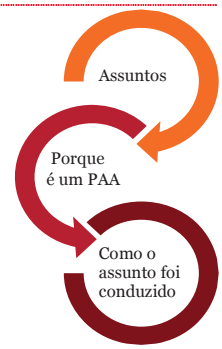
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos e da Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos e sua controlada em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Financeira e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria



Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o semestre findo em 30 de junho de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Financeira e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como a nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (Notas Explicativas 2.3 e 6)	
A Financeira atua, substancialmente, no segmento de crédito direto ao consumidor e crédito consignado. A determinação do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa considera as determinações do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução no. 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional. No atendimento dessa norma, a administração da Financeira exerce julgamentos e aplica determinadas premissas para mensuração e definição dos riscos de crédito dos devedores. A Administração da Financeira também considerou os impactos da Resolução CMN nº 4.803, de abril de 2020, que dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações renegociadas no período da pandemia da Covid-19. O uso de técnicas e premissas incorretas ou a aplicação indevida da regulamentação vigentes poderia resultar em estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa significativamente diferente. Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes de controles internos relevantes para a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Além disso, executamos testes de auditoria focados na: (i) integridade da base de dados; (ii) premissas adotadas pela administração na mensuração do valor recuperável da carteira de crédito; (iii) identificação, aprovação, registro e monitoramento das operações, inclusive as renegociadas; (iv) processos estabelecidos pela Financeira para cumprimento das premissas e normas do Banco Central do Brasil; e (v) confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados. Realizamos, ainda, o entendimento dos procedimentos adotados pela Administração da Financeira na mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa em atendimento a Resolução CMN nº 4.803 de abril de 2020. Adicionalmente, em base amostral, testamos as premissas adotadas para análise de risco das contrapartes, existência de garantias e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão com base nos referidos níveis de riscos atribuídos pela Administração.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.
Reconhecimento e valor recuperável dos créditos tributários (Notas Explicativas 2.3 e 8)	
A Financeira apresenta saldo contábil relevante relativo à créditos tributários decorrentes, substancialmente, de diferenças temporárias e prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases negativas de Contribuição Social. Para o registro e a manutenção dos referidos créditos, a Administração elabora estudo de projeção de lucro tributário e de realização dos créditos tributários, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil. O referido estudo envolve complexidade, aplicação de julgamentos e adoção de premissas subjetivas pela Administração. Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.	Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram a obtenção do estudo de projeção de lucros tributários aprovado pelo Conselho de Administração. Efetuamos, também, a análise da razoabilidade das premissas utilizadas pela Financeira com as divulgadas no mercado, quando aplicável. Adicionalmente, confrontamos os dados históricos com as referidas projeções e efetuamos análise de aderência frente à Resolução 3.059 do Conselho Monetário Nacional. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da realização dos créditos tributários são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras.
Provisões e passivos contingentes (Notas Explicativas 2.3 e 12)	
A Financeira e sua controlada são parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. Os processos podem ser encerrados após um longo tempo e envolvem, não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação e jurisprudência vigentes. A evolução de jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme. Assim, a mensuração e definição de reconhecimento de um passivo contingente, envolve aspectos subjetivos e julgamentos exercidos pela administração da	Nossos principais procedimentos de auditoria abrangeram a atualização do entendimento dos processos internos relevantes relacionados à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro da provisão para passivos contingentes e as divulgações em notas explicativas, bem como testes sobre a totalidade das bases de contingências e testes de aderência às respostas dos advogados externos. Efetuamos testes em base amostral sobre a integridade e histórico de perdas incorridas que são base para quantificação dos processos judiciais massificados de natureza cível e trabalhista.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Financeira. Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.	Com relação aos processos individualizados, substancialmente processos de natureza tributária, a apuração é realizada periodicamente a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas a cada uma das ações. Analisamos a probabilidade de perda dos processos judiciais e administrativos significativos de acordo com a natureza de cada processo. Adicionalmente, realizamos procedimentos de confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte, bem como obtivemos confirmação com os assessores jurídicos responsáveis pelos processos relevantes, sobre a probabilidade de perda e o valor das causas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para passivos contingentes são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.
Ambiente de tecnologia de informação	
O processamento das transações da Financeira, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica. Assim, é importante a efetiva operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos seus controles dependentes para assegurar o processamento correto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações. Portanto, o ambiente de tecnologia da informação continua sendo uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos o nosso entendimento e testamos a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia, controles automatizados ou dependentes de tecnologia, bem como os controles compensatórios. Em nosso plano de trabalho, consideramos também testes relacionados à acesso lógico, aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas e segurança de acessos a programas e banco de dados. Como resultado desses trabalhos consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Financeira, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Financeira. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Financeira e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira e sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2020.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em cumprimento ao disposto no art. 25, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, os Diretores da **Mercantil do Brasil Financeira S. A. – "MBF"**, declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da **MBF**, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, resultante do procedimento de auditoria realizado nas referidas demonstrações.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2020.

Diretor Presidente

Marco Antônio Andrade de Araújo

Diretores Executivos

José Ribeiro Vianna Neto

Luiz Henrique Andrade de Araújo

Mauricio de Faria Araujo

Diretores

Jane César Coelho

Luiz Carlos de Araújo

José Ribeiro Vianna Neto
Diretor de Relações com Investidores